

ATA Nº 29/12
(Mandato 2009 – 2013)
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ (MADEIRA),
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, na freguesia de Santa Cruz, no Salão Nobre do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Santa Cruz, com presença dos senhores José Alberto de Freitas Gonçalves, Filipe Martiniano Martins de Sousa, António Jorge Gomes Baptista, Maria Leontina de Freitas Serôdio da Fonseca, Maria Alexandra Magalhães Gaspar Perestrelo, Óscar Ciríaco Teixeira e Pedro Damião Barreto Fernandes, respetivamente Presidente e Vereadores, para apreciarem e deliberarem sobre o seguinte assunto, conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 18 de dezembro de 2012.-----

1 – DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2013.-----*(Aprovação em minuta)* -----

Esteve também presente para Secretariar esta reunião ordinária, Pedro Dantas de Freitas, Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara.-----
Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

- Continuação da Reunião de Câmara nº 28/12 de 18 de dezembro de 2012 –

1 – DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2013.-----*(Aprovação em minuta)* -----

Transcrição do documento apresentado pelo movimento JPP, conforme deliberado na discussão do ponto 1 da Ordem do Dia da Reunião de Câmara de 18 de dezembro de 2012: -----

“ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2013 - Propostas de Alteração-----

A complexa e penalizadora conjuntura social e económica que atualmente estamos a passar, desafia os executivos municipais à assunção de políticas que colmatem ou minimizem as situações de emergência social. -----

A população empobrece e Santa Cruz acompanha este drama, agravado com o aumento do desemprego, com quase 5 mil desempregados. Uma verdadeira chaga social.-----

Por isso, o desafio que se impõe perante esta verdadeira "chaga social" (empobrecimento da população e aumento do desemprego), passa pela tomada de decisões municipais, que possam contribuir para minimizar os impactos negativos de tanta austeridade.-----

Em tempo de crise temos de assegurar, acima de tudo, a função social municipal.

Por isso, atendendo à atual conjuntura sócio económica do país e da região, com reflexos significativos na vida diária de todos os munícipes do concelho de Santa Cruz, temos bem presente as dificuldades que as famílias sentem para honrar os seus compromissos, isto é, o pagamento dos bens essenciais (**eletricidade, água e gás**), bem como a **alimentação** e aos **cuidados de saúde** (medicamentos, consultas, ajudas técnicas e meios de auxílio ao diagnóstico...etc).-----

Introduzir um desconto de 100% no 1.º escalão de consumo de água e em 50% nos restantes escalões, para os agregados familiares cujos conjugues se encontram ambos em situação de desemprego e sem beneficiar de qualquer prestação social, será nossa intenção nesta proposta.-----

Paralelamente e com a criação deste Fundo de Emergência Social, pretendemos possibilitar que o município através da sua função social, possa ajudar financeiramente na aquisição de medicamentos e de outros bens de consumo essenciais à sua sobrevivência.-----

Como já referimos a população empobrece e Santa Cruz acompanha este drama, agravado com o aumento do desemprego. Há que dar respostas a estas verdadeiras chagas sociais. A melhor resposta é a criação de um fundo municipal de emergência social.-----

Apoiar os agregados familiares do nosso concelho que se encontram em situação de desemprego, carência económica e em emergência social, é nosso desígnio que queremos ver refletido no orçamento para 2013.-----

Neste âmbito e dando continuidade à política de intervenção social de proximidade nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social, através de apoio às famílias que se encontram em situação de carência económica devidamente comprovada, a



Câmara Municipal de Lagoa está a implementar desde 2011, o **Fundo Social de Emergência Social**.-----

Trata-se de um apoio pontual e extraordinário que se baseia em princípios de solidariedade e de cidadania e que pretende dotar a população mais vulnerável quer de meios económicos para a satisfação das suas necessidades básicas e imediatas, quer *a posteriori* de competências pessoais e sociais que promovam a melhoria da sua qualidade de vida e a participação na vida em sociedade, consubstanciando-se numa avaliação criteriosa dos casos sociais sob a égide da justiça social. -----

Com a proposta de orçamento apresentada pelo PSD, o município responde **negativamente** aos desafios lançados pela atual conjuntura socioeconómico, mostrando total insensibilidade social, acentuando as dificuldades enfrentadas pelo povo e pelo tecido empresarial concelhio.-----

Importa dizer ainda que a adesão ao PAEL (programa de apoio à economia local), aprovada pelo PSD, embora não esteja refletido o valor desse “contrato” no Orçamento, quer do lado da Despesa ou da Receita, facto que consideramos uma clara violação das regras do POCAL, transformar-se-á, a muito breve trecho, num verdadeiro garrote para o município de Santa Cruz. Acima de tudo, pela perda de autonomia política e administrativa do município, obrigado ao plano da contingência imposto pela República, carregado de fortes implicações nos orçamentos familiares e das empresas, por via do aumento dos impostos diretos e indiretos.-----

Recordamos que os órgãos municipais, nomeadamente a Câmara Municipal de Santa Cruz, nunca aprovou autonomamente, nenhuma proposta de fixação das taxas de IMI e Derrama e se tal foi comunicado aos serviços competentes, entendemos que essa comunicação esta ferida de legalidade formal, com fortes implicações nos orçamentos familiares.-----

Existindo esse vazio (falta de deliberação dos órgãos municipais sobre a fixação das taxas a cobrar em 2013, nos impostos diretos e indiretos) e o PAEL não ter merecido aprovação do Governo da República, como tal não podemos prever aumentos de impostos por essa via. -----

Perante tudo isto, apresentamos as seguintes propostas que pretendemos ver refletidas no orçamento Municipal para o ano de 2013. -----

- Manutenção da taxa de IMI, fixada no ano de 2011;-----
- Manter a taxa de 0% de derrama, sobre o tecido Empresarial Local;-----

- Criar um Fundo de Emergência Social, com dotação orçamental capaz de responder às situações de extrema necessidade (Ex; Apoio na aquisição de medicamentos); -----
- Criação de Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, com o objetivo de desenvolver um projeto económico que diversifique a economia local, a promoção do Património e Turismo, privilegiando um diálogo aberto e contínuo, com o tecido empresarial local; -----
- Rever todas as taxas municipais, permitindo assim a minimização dos impactes negativos que as mesmas representam junto da população;-----
- Manter o apoio financeiro às Juntas de Freguesia, como forma indireta de apoio às carências sociais existentes em cada freguesia do Concelho de Santa Cruz.-----

A concretizar: -----

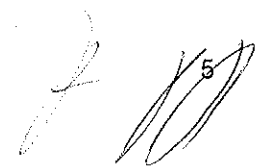
Do lado da receita: -----

- Redução do valor inscrito no código 01.02.02 – imposto municipal sobre imóveis – para 3.175.750,00€ (valores cobrados em 2012); -----
- Eliminação da receita prevista no código 01.02.05 – Derrama; -----
- Redução do valor inscrito no código 07.01.08.01 – água - para 2.200.000,00€; -----

Total das receitas – 18.760.057,59€-----

Do lado da despesa: -----

- Redução do valor inscrito no código 01.01.07 – Pessoal regime tarefa ou avença – para 100.000,00€; -----
- Redução do valor inscrito no código 01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação (cargos de nomeação política) – para 50.000,00€; -----
- Redução do valor inscrito no código 01.02.02 – horas extraordinárias – para 340.000,00€; -----
- Redução do valor inscrito no código 02.02.01 – encargos de instalações – para 1.000.000,00€; -----
- Redução do valor inscrito no código 02.02.03 – conservação bens – para 700.000,00€; -----
- Redução do valor inscrito no código 02.02.20 – outros trabalhos especializados – para 1.000.000,00€; -----
- Redução do valor inscrito no código 02.02.25 – outros serviços – para 300.000,00€;-



- Redução do valor inscrito no código 02.02.17 – publicidade – para 40.000,00€; -----
- Redução do valor inscrito no código 02.02.14 – encargos de cobrança de receitas – para 100.000,00€; -----

Total da redução no lado da receita – 1.065.403,59€-----

Total da redução no lado da despesa – 1.839.932,00€-----

▪ **Diferencial -774.528,41€**-----

✓ **Dotação para o fundo de emergência Social – 534.528,41€**-----

- Apoio na aquisição de medicamentos – 100.000,00€-----
- Outros apoios – 404.528,41€-----
- Bolsas de estudo – 30.000,00€-----

✓ **Dotação para Gabinete de apoio ao sector empresarial local – 40.000,00€**-----

✓ **Dotação para as freguesias – 170.000,00€**-----

✓ **Dotação para fazer face ao compromisso assumido em reunião de Câmara – Auditoria externa às contas do Município (1998 – 2011) – 30.000,00€.**-----

O fundo de emergência social terá dotação no código 04.08.02 e as freguesias no código 08.05.03.02. -----

Propomos igualmente a correspondente alteração do Plano de Atividades, por forma a contemplar a presente proposta.”-----

-----O senhor Vereador **Óscar Teixeira** pediu a palavra, referindo que no relatório e contas verifica que existem perto de 19.000.000,00€ que não estão orçamentados, tendo de seguida “desmontado” a proposta apresentada pelo JPP. -----

O senhor Presidente colocou o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2013 à votação, tendo o executivo deliberado:-----

Aprovar, por maioria e em minuta, com os votos favoráveis do PSD e abstenção do JPP e PS, com as alterações abaixo enunciadas:-----

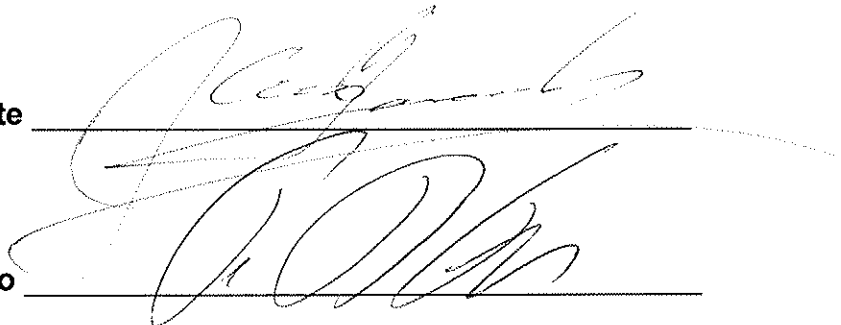
- . Abrir uma rubrica para a taxa municipal de derrama no valor de um euro; -----
- . Criação de um fundo municipal de emergência social no valor de 200.000,00€; -----
- . Apoio às juntas de freguesia no valor de 125.000,00€, acompanhada de maiores competências; -----
- . Retirar dos mapas do Orçamento 900.000,00€ de verba expectável do aumento do IMI;-----

. Deverá o Chefe de Divisão Financeira alterar os mapas de forma a serem adaptados a estas propostas. -----

Chegado a esta ocasião e constatando-se que nada mais havia a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião pelas doze horas e da qual, para constar, se lavrou esta ata, que eu, Pedro Dantas de Freitas, Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, redigi, fiz escrever e também assino. -----

O Presidente _____

O Secretário _____

The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is for the President and the bottom one is for the Secretary. Both signatures are written over horizontal lines that serve as baselines for the text labels.